



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**DEMANDAS E DESAFIOS PARA A INSERÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS  
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO:  
UM ESTUDO DE CASO NO DF**

**GEUCILENE VIEIRA LOPES DA SILVA**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito para Conclusão de Curso referente a  
graduação em Serviço Social da Universidade Federal  
de Brasília, sob orientação da Profa. Dra. Silvia  
Cristina Yannoulas.**

**Brasília, Julho de 2009**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

GEUCILENE VIEIRA LOPES DA SILVA

**DEMANDAS E DESAFIOS PARA A INSERÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS  
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO:  
UM ESTUDO DE CASO NO DF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para Conclusão de Curso referente a graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Brasília, sob orientação da Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas.

Brasília, julho de 2009

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**DEMANDAS E DESAFIOS PARA A INSERÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS  
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO:  
UM ESTUDO DE CASO NO DF**

GEUCILENE VIEIRA LOPES DA SILVA

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Silvia Yannoulas

---

Profa. Dra. Denise Bomtempo

---

Assistente Social Estela Argolo

Brasília 01, julho de 2009

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b> .....	7
<b>Introdução</b> .....	8
<b>Capítulo 1- Procedimentos Metodológicos</b> .....	12
<b>Capítulo 2- A pauperização das famílias e suas implicações sociais</b> .....	14
2.1. Discutindo os conceitos de desigualdade social, exclusão social e vulnerabilidade social.....	17
2.2. Medida protetiva de abrigo.....	19
2.3. Inclusão Social.....	19
<b>Capítulo 3- A educação como um fator de desenvolvimento e inclusão social</b> .....	21
3.1. A contribuição do serviço social para educação.....	23
<b>Capítulo 4- Apresentação e análise dos resultados da pesquisa</b> .....	25
4.1. Instituições envolvidas na pesquisa.....	25
4.2. O conhecimento das escolas sobre medida de abrigo.....	27
4.3. A relação entre o abrigo Casa de Ismael e as escolas.....	29
4.4. Discriminação e preconceito.....	31
4.5. Os desafios e demandas levantados pelos atores das escolas e do abrigo...	33
<b>Considerações Finais</b> .....	41
<b>Referencial Bibliográfico</b> .....	44
<b>Anexos</b> .....	46
Anexo I - Roteiro de entrevistas.....	46
Anexo II - Termo de Livre Esclarecido.....	47
<b>Apêndices</b> .....	48
Apêndice I - Autorização da CASEL.....	48
Apêndice II - Autorização da EC da 312 Norte.....	49
Apêndice III - Autorização da EC da 708 Norte.....	50
Apêndice IV - Parecer do CEP.....	51

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a meu Pai e Amigo que está comigo o tempo todo, Deus. Sou grata por percorrer mais essa etapa da minha vida junto a pessoas que eu amo como minha mãe, companheira e amiga, meu pai, meus amigos e amigas que caminham comigo e me ensinaram a ser melhor a cada dia. E também ao grupo PET/SER da geração de 2005 à atual, com vocês eu cresci e aprendi coisas preciosas para vida acadêmica e pessoal.

Agradeço a professora e doutora Silvia Yannoulas pela paciência e compreensão no decorrer do processo de construção desse trabalho e que com certeza é uma pessoa muito querida.

Agradeço a participação e contribuição na banca da professora e doutora Denise Bomtempo e da assistente social e militante na área da infância e juventude Estela Argolo.

Também agradeço às participantes da pesquisa da Escola Classe da 312 norte, da Escola Classe da 708 norte e às participantes do abrigo Casa de Ismael.

Enfim, reconheço a todos os amigos e parentes que participaram desse momento muito importante da minha vida que representou o começo da minha vida acadêmica.

## **Listas de Siglas**

**CF** - Constituição Federal

**CEFESS** – Conselho Federal do Serviço Social

**CEP** - Comitê de Ética em Pesquisa

**CASEL** - Casa de Ismael Lar da Criança

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS** - Centro de Referência Especial de Assistência Social

**DF** - Distrito Federal

**EC** - Escola Classe

**ECA** - Estatuto da Criança e Adolescente

**GDF** - Governo do Distrito federal

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar as demandas e os desafios que escolas públicas do Distrito Federal enfrentam no processo de inclusão social de crianças e adolescentes em situação de abrigamento. O *locus* do estudo foi o abrigo Casa de Ismael Lar da Criança-CASEL na Asa Norte e as Escolas Classes das 312 e 708 também localizadas na Asa Norte – Brasília, DF. As escolas foram selecionadas pelo fato de terem matriculadas crianças e adolescentes do referido abrigo. Esse estudo foi pautado por meio de pesquisa qualitativa, e utilizará como técnica de coleta de dados entrevistas semi-estruturadas a serem realizadas com os coordenadores e orientadores pedagógicos, professores e diretores das escolas e com a assistente social da CASEL, com a coordenadora do departamento de educação e com mães sociais da instituição. O tema foi discutido tendo como pano de fundo a questão do empobrecimento das famílias gerada pela desigualdade na distribuição de renda. A pobreza hoje é um fator determinante para o abrigamento. E é uma forma de exclusão social, por isso discute-se nesse trabalho como as escolas lidam com inclusão social no seu sentido amplo em que pesa a equidade, a justiça social e o respeito à diversidade. Pois as escolas são consideradas propagadoras de culturas e hábitos entre os educandos. Esse trabalho então pretendeu saber como acontece a integração de crianças e adolescentes em abrigamento nas Escolas Classes do DF, como influenciam para a inclusão social das crianças e adolescentes em tela e quais os maiores desafios das instituições envolvidas no atendimento a esse público específico. E ainda provocar reflexão a respeito da realidade das crianças e adolescentes em situação de abrigamento e junto às escolas e abrigo construir ações no sentido de sensibilizá-los quanto a essa realidade.

**Palavras chaves:** Abrigamento, pobreza, inclusão social, desigualdade e vulnerabilidade social.

## INTRODUÇÃO

A aproximação com o tema envolvendo “crianças e adolescentes em situação de abrigo” ocorreu a partir da experiência de estágio supervisionado, em Serviço Social realizado no abrigo Casa de Ismael Lar da Criança – CASEL. A Casa de Ismael é uma entidade social que atende a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social e por isso estão sob medida protetiva de caráter provisório executada pelo abrigo em parceria com o governo do Distrito Federal e com a sociedade civil.

A partir de uma observação no campo inferiu-se a necessidade de se estudar como as crianças e adolescentes sob medida de abrigo eram integradas no âmbito escolar, tendo em vista que a escola é o segundo lugar em que permanecem mais tempo fora o abrigo.

O abrigo é uma medida específica de proteção contida no Estatuto da Criança e Adolescente - ECA de 1990. O ECA é uma conquista fundamental para as ações de proteção a infância e juventude no Brasil. A partir dele as crianças e adolescentes têm resguardados os seus direitos fundamentais como o de proteção caso se encontrem em condição de risco social. O Art. 101 no inciso VII trata da medida específica de proteção em questão.

A medida de abrigo é considerada de caráter provisório e excepcional (Parágrafo único), em que a criança e adolescente ficarão abrigados até serem reintegradas as suas famílias ou serem encaminhadas para famílias substitutas. O encaminhamento para essa medida de proteção se dá quando as crianças e adolescentes estão com os seus vínculos familiares fragilizados, ou seja, quando a família não apresenta de forma alguma condições de cuidado e proteção, pois o abrigo em entidade deve ser a última opção de intervenção.

Segundo levantamento nacional obtido em 2003 sobre abrigos, a causa predominante para o abrigo de crianças e adolescentes hoje é a pobreza, seguido do abandono. Apesar de não poder generalizar relacionando e argumentando o abrigo somente a condições socioeconômicas, percebe-se que os aspectos econômicos, sociais e políticos interferem diretamente nessa situação a que é submetida centenas de crianças em todo o país.

O Brasil não é considerado um país pobre, entretanto, segundo Ricardo Henrique (2003: 3 apud PEREIRA, C., 2006), a pobreza é o problema econômico mais agudo

enfrentado pelo Brasil. O Brasil é um país construído sob as bases da desigualdade sofisticadas com o nascimento do Estado neoliberal. Como ele os investimentos ficam focados nas áreas de interesse da economia acometendo a população pobre a uma injusta distribuição de renda.

O empobrecimento das famílias é resultado da dinâmica de exclusão e da desigualdade inerente ao processo de manutenção e reprodução da sociedade capitalista. Os desvios estruturantes do capitalismo produzem varias expressões da questão social originada com o pauperismo. Nesse contexto, inclui-se a problemática do aumento do número de crianças e adolescentes abrigados como resultado da pauperização das famílias, o que por sua vez provoca outros infortúnios, tais como a violência, o trabalho infantil e outros. Apesar do disposto na Constituição Federal, Art. 227, em que compete à família, ao Estado e a comunidade assegurar a criança o exercício de seus direitos fundamentais, a família sem assistência não consegue assistir aos seus, por isso o Art. 226 determina que, ao Estado compete assegurar a assistência às famílias favorecendo as mesmas condições básicas de subsistência.

Em detrimento disso, o avanço nas políticas de atendimento a infância e a juventude têm sido contundente, à medida que esse grupo social gradualmente tem sido considerado prioritário no atendimento de políticas e programas sociais. Apesar de que os gastos ainda não condizem com a dimensão real do público infanto-juvenil. As políticas e programas promovidos têm como objetivo o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes. Tomando a educação como um ente condutor ao desenvolvimento integral desses sujeitos, é fundamental o estudo da contribuição da educação para o processo de inclusão social das crianças e adolescentes sob medida protetiva de abrigo.

Essas crianças e adolescentes encontram-se de alguma forma em situação de vulnerabilidade, por isso apresentam sintomas que condizem com a sua trajetória de vida. Então precisam ser acolhidos de tal forma para serem integrados socialmente o que infere, numa visão mais ampla, o entendimento da diversidade e respeito às especificidades de cada criança e adolescente.

Todos esses fatores influenciam diretamente no processo de aprendizagem dessas crianças e adolescentes e no trabalho cotidiano dos profissionais da educação. E como anteriormente citado, a escola é o segundo lugar em que essas crianças e adolescentes permanecem por mais tempo e esse é um dos motivos pelos quais a escola

deve estar esclarecida a respeito das especificidades do seu público, os educandos. Tanto mais as que são denominadas “escolas inclusivas”. E foi observado que as escolas têm se interado dessas alterações do seu público alvo, percebendo as transformações do conceito de família e das relações sociais, já que esse fato interfere diretamente no seu trabalho dentro e fora da sala de aula.

O presente estudo intentou iluminar os limites da aplicação real do direito à educação, abordando o trabalho das escolas públicas no que concerne aos casos de crianças e adolescentes em abrigo. O levantamento dos desafios enfrentados pelas escolas no processo de inclusão social dessas possibilitará proposições de mecanismos reais que as escolas podem estar utilizando a fim de promover a inclusão social das crianças e adolescentes em situação de abrigo.

A **pergunta da pesquisa** é “quais as demandas e desafios das escolas de ensino fundamental no processo de inclusão social de crianças e adolescente em situação de abrigo?”. A **hipótese** levantada é de que há um desconhecimento das escolas a respeito da medida de abrigo e da realidade social nas quais essas crianças e adolescentes estão inseridos. Esse desconhecimento colabora para a reprodução do estigma de “criança abandonada”, “coitadinha”, ou “infratora.” Além disso, desfavorece uma intervenção pautada na questão do direito da criança e adolescente.

Nesse contexto discute-se o papel do serviço social, que trabalha diretamente com a garantia de direitos e acesso a serviços públicos pela população e do assistente social, um profissional que trabalha como mediador desse acesso. Os aportes legais da Constituição da República Federativa de 1988 no Art. 205, bem como o ECA nos seus Arts. 4º e 53 garantem o direito à educação, assim como o direito a permanência na escola.

Para traçar essas discussões o presente trabalho está organizado em três capítulos em que o capítulo (I) abordará a metodologia utilizada na realização da pesquisa que fundamentou o presente trabalho. Levantado o fundamento teórico, as etapas e técnicas da pesquisa. No capítulo (II) discutir-se-á sobre as implicações dos fatores sociais no abrigo de crianças e adolescentes e no processo de integração social dos mesmos nas escolas, sempre com vista no resultado da pesquisa. E por fim o capítulo (III) no qual haverá as reflexões acerca do processo de inserção das crianças e adolescentes nas escolas classes selecionadas tomando como cerne o resultado da pesquisa, além de trazer as contribuições do serviço social nesse processo através da inserção de

assistentes sociais nas escolas. Em seguida as considerações finais apresentando um resumo da reflexão até o momento, rememorando a pergunta e hipótese construída para a pesquisa.

## Capítulo 1

### Procedimentos metodológicos

A pesquisa realizada está inserida no domínio das ciências sociais e tem cunho qualitativo. Foram selecionadas duas escolas para estudo de caso a fim de compreender o processo de atendimento e acolhimento de crianças e adolescentes em situação de abrigo. Essa estratégia de pesquisa envolve a investigação de processos, de atividades, de pessoas ou grupos e comunidades de forma mais aprofundada. Segundo Laville & Dionne (1999) essa é uma vantagem de se utilizar essa estratégia.

Tal estratégia foi intercalada com a chamada teoria embasada, na qual a pesquisadora deduz uma teoria geral abstrata diante das interações dos participantes e com base nas suas impressões (CRESWELL, 2007:32). Quanto à técnica empregada foi a reivindicatória/ participatória, na qual:

a pesquisa deve conter uma agenda de ação para a reforma que possa mudar a vida dos participantes, as instituições nas quais as pessoas trabalham ou vivem e a vida do pesquisador (CRESWELL, 2007: 27).

A perspectiva dessa técnica está na possibilidade de levantar proposições acerca dos desafios a serem enfrentados e no fato de proporcionar reflexões conjuntas, além de favorecer uma prática colaborativa, pois se trata de uma investigação para as pessoas. A pesquisa foi organizada em quatro etapas desenvolvidas entre março e junho de 2009. A pesquisa seguiu os padrões estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa e se configurou nas seguintes etapas:

- 1- Construção do Projeto de pesquisa que inclui o levantamento e revisão bibliográfica, referencial teórico, bem como elaboração dos instrumentais de pesquisa;
- 2- Submissão do projeto de trabalho de conclusão de curso ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, o que ocorreu no mês de novembro de 2008. Antes disso foi requerida autorização junto às instituições participantes da pesquisa: CASEL, Escola Classe da 312 Norte e Escola Classe da 708 Norte (verificar apêndices). Em observância aos requisitos de uma pesquisa formal e em atenção ao bem-estar dos participantes da pesquisa, a mesma foi submetida ao CEP, conforme os princípios contidos na Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, assim como na Lei 8.662/93. O CEP tem a incumbência de fazer cumprir nas pesquisas os princípios de não-maleficência, autonomia, beneficência e justiça

garantindo dessa forma, a proteção dos sujeitos em detrimento de algum interesse da sociedade que os comprometa.

3- Realização do trabalho de campo, que ocorreu nas escolas Classes 312 e 708 da Asa Norte de Brasília e no abrigo Casa de Ismael Lar da Criança, com a aplicação das entrevistas com gravação de voz. Foi estabelecido contato com as escolas por meio do abrigo CASEL, verificado quais tinham crianças e adolescentes matriculados, as escolas foram escolhidas a partir do número de crianças e adolescentes matriculados. Na Escola Classe 312 Norte foram entrevistadas a diretora, a coordenadora pedagógica, uma professora e a orientadora pedagógica. Na Escola Classe 708 Norte, foi realizada entrevista com a diretora, a orientadora, a supervisora pedagógica e duas professoras. Quanto ao abrigo foram entrevistadas a coordenadora pedagógica, com a assistente social e com duas mães sociais, que acompanham a vida escolar das crianças e adolescentes.

4- Análise de dados, que compôs o momento do tratamento dos dados mediante o referencial teórico e metodologia selecionada. Para Creswell (2007) analisar dados equivale a retirar informações de texto e imagem. No primeiro momento foram transcritas as entrevistas que é a descrição literal dos discursos dos entrevistados. O próximo momento é a codificação que é a organização dos dados, leitura dos mesmos e codificação, a qual possibilita o levantamento de categorias de interesse. As categorias em questão são empunhadas por um modelo aberto de análise, pois atendem a proposição e características da presente pesquisa. A modalidade de análise e interpretação será inspirada pela construção iterativa explicitada por Laville & Dionne em “A construção do saber” (1999), pois as explicações serão construídas à medida que se desenvolve a análise, além disso, é a mais pertinente à pesquisas exploratórias como pode ser considerada a presente pesquisa.

## Capítulo 2

### A pauperização das famílias e suas implicações sociais

A pobreza é um fenômeno antigo que desde a intensificação do capitalismo industrial vem recebendo novas configurações e conceituações. Algumas teorias foram construídas ao longo da história da humanidade para se explicá-lo. Todavia não há consenso a respeito do conceito desse fenômeno que intergeracional. Para Townsend (1997: 67 *apud* PEREIRA, C, 2006), podem ser considerados pobres aqueles aos quais "faltam recursos para obter uma dieta básica a fim de que possam ter acesso a condições de vida que lhes são legítimas dentro de uma determinada sociedade" (Idem: 231). Essa é a perspectiva nutricionista. É importante salientar que o estudo da pobreza deve acontecer mediante a observação dos aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais dos países.

"O Brasil não é um país pobre, e sim um país desigual" (PEREIRA; GOMES, 2005:359). O Brasil é caracterizado pela perversa concentração de renda em que os mais pobres ficam submetidos à falta de oportunidade de inclusão social e econômica sendo privados de ascender socialmente. O país dispõe de uma estrutura de poder fincada no modelo econômico capitalista. Esse por sua vez privilegia o crescimento econômico em detrimento da promoção de direitos de cidadania plena e de políticas públicas justas. A população pobre no Brasil é aquela que sobrevive com ¼ de salário, tendo como base a renda e a nutrição.

No processo de formulação teórica a respeito do fenômeno da pobreza surgiu o conceito de pobreza relativa que infere sobre a satisfação das necessidades básicas em relação a uma dada sociedade. Esse conceito está relacionado à distribuição de riquezas, níveis de consumo e a estratificação social, o que significa dizer que enquanto existir desigualdade social haverá pobreza relativa. Segundo Pereira (2006) esse conceito possui caráter subjetivo utilizando critérios arbitrários para definir quem são os pobres. Ou seja, desconsidera as especificidades de cada país, pois ser pobre no Brasil não é o mesmo que ser pobre na Inglaterra.

Outro conceito de pobreza existente é o de pobreza absoluta, que está vinculado à satisfação dos mínimos sociais necessários a sobrevivência com dignidade. Para Gough (*apud* PEREIRA, 2006) existem necessidades básicas que são universais que

independem das diferenças encontradas entre os países. E se não forem satisfeitas implicarão em sérios prejuízos à vida material e a autonomia do ser humano. O significado de pobreza absoluta está associado à linha de indigência estabelecida para medir a intensidade das necessidades enfrentadas pelos sujeitos pobres.

O conceito de necessidades básicas admitiu importante papel no processo de legitimação dos direitos sociais, pois segundo Pereira (2000) o significado de necessidade está vinculado aos princípios da igualdade, equidade e justiça social. No entanto, há correntes que rejeitam a existência de necessidades humanas básicas, e analisam esse conceito de forma subjetiva e arbitrária dando margem a supressão de direitos, haja vista que não há determinação das necessidades básicas que seriam direitos de todos e dever do Estado prover. Nesse sentido o mercado seria o provedor das necessidades que se confundiriam com desejos, compulsões e preferências (PEREIRA, 2000). E dessa forma muitos são excluídos do acesso aos serviços básicos. Além disso, há o "fortalecimento do ideário neoliberal e conseqüentemente o desmonte dos direitos sociais dos cidadãos" (PEREIRA, idem: 29).

Quanto ao conceito de pobre de que vale as políticas públicas está baseado na ausência de condições básicas para sobrevivência que para tal necessite de assistência. Valladares (1996) diz que a partir da década de 60 os pobres são reconhecidos como merecedores de assistência e a partir da mesma década surgem programas oficiais de atendimentos orientados por essa idéia. Nesse período foi incutida a idéia de que os pobres eram capazes de se manterem com estratégias próprias, ou seja, tinha-se que as famílias poderiam sobreviver por conta própria e isso estava associada ao processo natural da informalização do trabalho na sociedade urbana do período em questão. No decorrer dos anos essa tendência foi tomando novos formatos, mas permanece até a atualidade acentuando a desigualdade e a pobreza.

Nesse contexto há a emergência de um Estado de responsabilidades mínimas e conseqüentemente essas são transferidas para outros setores da sociedade, inclusive para as famílias. Se antes os *sujeitos* eram culpabilizados pela sua condição social, agora a responsabilidade é conferida ao grupo da *família* que recebe. Ficando a atuação do Estado limitada a políticas e ações focalizadas. Cabe aqui ressaltar o papel da família na estrutura de cuidado dos sujeitos, entretanto a mesma sem o suporte do Estado e também da sociedade civil não obterá meios de promover a proteção social dos sujeitos. Sarti (1996) entende que:

A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo. (*apud* PEREIRA; GOMES, 2005: 358).

Contudo esse elo hoje não é construído no âmbito da família tradicional ou nuclear, pois a estrutura da família vem se recompondo e ampliando. Tal instituição não tem apenas um papel funcional dentro da sociedade, mas é considerada como um espaço de desenvolvimento físico, social e psicológico dos sujeitos a ela pertencentes. Contudo as famílias marcadas pela pobreza não tem aporte para esse desenvolvimento, haja vista que têm seu espaço caracterizado pela privação, instabilidade e fragilização dos laços de solidariedade (PEREIRA; GOMES, 2005).

Uma das conseqüências desse processo de pauperização das famílias é o comprometimento da sua estrutura de cuidado, sendo dessa forma, acometida por problemas sociais que inviabilizam a sua existência e sobrevivência digna dos sujeitos que compõem essas famílias. Analisando dados sobre a evolução da pobreza infantil em alguns países ocidentais, Sarmiento (2002) infere que é possível afirmar que o aumento da desigualdade na distribuição da renda afeta ainda mais os setores mais fragilizados e menos protegidos pelas políticas sociais da sociedade, que são as famílias mais pobres e mais jovens e as crianças. Quando isso ocorre crianças e adolescentes ficam submetidos a situações de risco pessoal e social, muitas vezes sendo necessário o afastamento do convívio familiar e comunitário e inserção em instituição de abrigamento.

Segundo o "Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC (2003)", no Brasil há cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo em 589 abrigos. A faixa etária predominante dentre os abrigados está entre 7 e 15 anos de idade. O argumento suscitado é de que as famílias dessas crianças e adolescentes tenham dificuldades de acesso aos serviços assistências que oferecem proteção social. A pesquisa identificou que 52 % dos abrigamentos ocorrem por carência de recursos materiais das famílias. Apesar de não ser um motivo determinante para o abrigamento a pobreza das famílias hoje, é o fator responsável por mais da metade dos ingressos de crianças e adolescentes em abrigos no país.

Uma pesquisa local realizada no DF em 2007 para a elaboração do "Plano Distrital de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à

Convivência Familiar e Comunitária” também levantou o perfil das entidades de abrigo. Foram localizadas 23 instituições de abrigo no DF, mas somente 21 participaram da pesquisa. Com as quais foi apurado que o principal motivo do abrigamento é a ainda a falta de condições materiais — pobreza, 22% seguido do abandono dos responsáveis, 16%.

Verificou-se que 35 % dessas crianças e adolescentes não têm perspectiva de desabrigamento, o que demonstra um ciclo perverso, em que não há investimento social em políticas públicas que promovam a cidadania e desenvolvimento social dos sujeitos nas famílias dos mesmos a fim de que superem essa condição de pobreza para que as crianças e adolescentes retornem a convivência familiar. E ao mesmo tempo essa criança e adolescente não é cadastrada para adoção na expectativa de que a família seja incluída em programas sociais e tenha condições básicas de cuidar da criança e adolescente. No entanto, isso não ocorre haja vista que a rede social ainda é muito frágil levando os profissionais a recorrer a parcerias privadas e da comunidade a fim de atender minimamente a essas demandas sociais.

## **2.1. Discutindo os conceitos de Desigualdade Social, Vulnerabilidade Social e Exclusão Social**

O conceito de desigualdade social está associado à distribuição de renda e a estratificação social. "[...] o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Em segundo lugar, os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira" (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001: 1).

Conforme Alcock (1997: 6 *apud* PEREIRA, C, 2006:235) a pobreza é o extremo da desigualdade e deve ser entendida como intolerável. Ainda segundo Alcock (idem) a desigualdade é um conceito descritivo que equivale à lógica capitalista e o conceito de pobreza é prescritivo, ou seja, necessita de intervenção prática a fim de enfrentá-la.

Quanto ao conceito de exclusão social atualmente é tratada como sinônimo de pobreza. Lena Lavinas (2003) entende a pobreza como uma consequência da exclusão social. E nesse contexto exclusão representa o oposto da integração social que significa

a inserção profissional e inserção nas redes de sociabilidade. Percebe que nesse sentido o conceito de exclusão está diretamente vinculado a questões econômicas e a pobreza.

Porém, é uma irracionalidade restringir o conceito de exclusão a questão da pobreza, pois essa abarca inúmeros outros fatores, tais como a de classe, gênero, raça/etnia. Spozatti (2000) avalia que a exclusão está relacionada a diversas características e valores culturais que resultam no desgaste das relações de convívio e rompimento dos vínculos que nem sempre é decorrente da pobreza. É, portanto uma perspectiva mais ampla sobre exclusão e que engloba a problemática discutida no nesse trabalho.

Segundo Alcock (1997: 6 *apud* PEREIRA, C, 2006:236) exclusão social refere-se a uma situação de privação e desvantagem, no entanto essa privação não se restringe a privação material. Camila Potyara (2006) traz também a perspectiva de análise de Robert Castel (1998) o qual coloca que a exclusão caracteriza-se por uma extrema ruptura das relações familiares e do mercado de trabalho. Esse ponto de vista de algum modo desconsidera a condição de acessibilidade dos sujeitos a serviços básicos. Para esse trabalho a pobreza será considerada como uma forma de exclusão.

No que concerne ao conceito de vulnerabilidade social, se apresenta como genérico, ou seja, infere sobre todas as situações acima descritas de exclusão, desigualdade, pobreza dentre outras. A vulnerabilidade pode ter amplas definições e está relacionada fragilização da capacidade de proteção dos sujeitos e grupos sociais, além do arrefecimento da atuação das instituições do Estado para atender as demandas desses grupos.

Abramovay conceitua vulnerabilidade social como:

o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade ( 2002: 29).

Quando os grupos e ou sujeitos estão em condição de vulnerabilidade significa que não estão acessando serviços básicos que operacionalizam direitos fundamentais tais como a garantia ao acesso à educação, saúde, trabalho, cultura e lazer. O não-acesso das famílias a esses serviços as torna mais suscetíveis às situações de vulnerabilidade social. É nesse contexto que se insere a discussão da questão de medidas de abrigo e a necessidade da adoção de medidas de proteção das crianças e adolescentes que enfrentam a ausência de uma estrutura de cuidado mínima.

## **2.2. Medida protetiva de abrigo**

A Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente ocorrida em 1989 pautou a questão da integralidade no atendimento às crianças e adolescentes. Emerge nesse contexto também o respeito às mesmas, pela sua condição de pessoa em desenvolvimento e o seu valor intrínseco como seres humanos.

Dessa convenção resultou o ECA, quando a infância e a juventude de fato, entra na agenda pública e o Estado tem o dever de atuar por meio de políticas específicas para atendimento, promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Cabe aqui ressaltar a importância da mobilização da sociedade civil para efetivação desse marco legal no que se refere à proteção e inclusão social das crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê no seu Art. 101 e inciso VII a medida de abrigo como medida protetiva. Ressaltando-se no parágrafo único que o abrigo é medida provisória e excepcional devendo ser apenas uma transição para reintegração na família ou colocação em família substituta. No entanto, o que se percebe é que as crianças e adolescentes abrigados permanecem por muito tempo nas instituições longe do convívio familiar e comunitário.

Um dos desafios para as instituições de acolhimento hoje é que de fato o abrigo seja provisório, com a criação de mecanismos de reintegração familiar mais eficiente para que essas crianças voltem ao convívio familiar que lhe é de direito. E isso depende estreitamente do funcionamento das redes de proteção social oferecidas pelo Estado que, aliás, falhou a partir do momento em que crianças e adolescentes precisam ser afastadas do convívio familiar e comunitário.

## **2.3. Inclusão Social**

Na educação o foco da discussão está na inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais. E de modo geral esse conceito é tratado no *stricto sensu*. Mas, o conceito de inclusão social numa perspectiva mais ampla engloba a justiça social, o respeito à diversidade e a equidade social. Trata-se de uma transformação positiva da estratégia de inclusão social difundida pelo sistema capitalista e que intenta o controle social e a manutenção do *status quo* (Ribeiro, 2006).

Spozati (2000:31) associa inclusão à desigualdade quando diz que: “[...] não podemos pensar em equidade sem antes considerar a inclusão no sentido de romper a

apartação do acesso das classes populares à riqueza social.” Nesse sentido está “incluído” equivale à mobilidade social com a qual os sujeitos não permanecem passivos, não se limitam a “estar dentro”, mas envolvem-se e participam ativamente nesse processo. Equivale a sair da condição de “oprimido” de que trata Freire (2005) e promover uma educação que produza transformação na realidade e não somente na mentalidade dos sujeitos em que o opressor é representado pelo sistema ideológico dominante como se refere Beauvoir (1963 *apud* FREIRE, 2005).

O fator inclusão seria então um processo de busca pela equiparação de oportunidades e conquista da cidadania e não a aniquilação das diferenças entre os sujeitos. Para Spozati (2000) a escola é o meio mais eficiente para promover a cidadania. E uma educação indenizatória repararia aos prejuízos provocados pela imposição de uma cultura elitista e dominadora. Conquanto, a transformação na realidade somente acontecerá a partir de uma ruptura com o sistema de dominação colocados por Freire (2005)

O levantamento dos desafios enfrentados pelas escolas no processo de inclusão social possibilitará fazer proposições a cerca de mecanismos reais que as escolas junto com a comunidade podendo atuar como grupos de pressão.

### Capítulo 3

#### A Educação como fator de desenvolvimento e inclusão social

Bárbara Freitag em *Escola, Estado e Sociedade* (1986) fez um levantamento de todas as posições teóricas existentes e verificou dois consensos quanto à conceituação de educação. Um deles é de que a educação sempre expressou uma doutrina pedagógica com influência da concepção de homem e sociedade que se adote. Outro consenso refere-se ao processo educacional ocorrido por meio de instituições determinadas como a família, a igreja e a escola. O conceito de educação tem evoluído de acordo com o desenrolar da história. E é interessante observar o papel que essa exerce sobre o desenvolvimento dos sujeitos em desenvolvimento, bem como o papel das instituições de ensino.

A educação é um processo muito importante na visão de Durkheim (*apud* Freitag, 1986), a medida que a educação é considerada como um processo por meio do qual o egoísmo pessoal é superado e transformado em altruísmo. No entanto, a educação como um fato social se impõe coercitivamente ao sujeito, na intenção de docilizar e moldar esse sujeito para que o mesmo se sujeite ao poder coercitivo.

Para Talcott Parsons (*apud* FREITAG, 1986) a educação refere-se a uma troca de equivalentes, na qual os sujeitos e a sociedade se beneficiam e satisfazem seus interesses garantindo o equilíbrio (do sistema de personalidade e o sistema social) do todo. Dessa forma o autor explica que a satisfação dos interesses do sistema mediado pelos pais vai sendo experimentada como gratificação pelas crianças que internalizam as regras do sistema social.

Muitas crianças em situação de abrigo apresentam dificuldade de internalizar regras, devido suas experiências familiares ou ausência de referências por meio das quais as crianças pudessem se firmar. A Lei de diretrizes e Bases da Educação de 1996, LDB, dispõe no seu Art. 32, inciso IV um dos objetivos do ensino fundamental na formação de cidadãos é o fortalecimento de vínculos familiares e dos laços de solidariedade humanos e aumento da tolerância em que se assenta a vida social. Esse marco legal para a operacionalização do sistema educacional prevê de certa forma a posição das instituições de ensino quanto ao tratamento dado às crianças independente

da sua condição social. Quanto mais se deve atentar para as especificidades de crianças e adolescentes com experiências de abrigamento.

John Dewey foi um grande filósofo e educador norte-americano. Em suas análises a respeito de educação elabora um conceito ampliado de educação à medida que é atribuída a educação elementos da vida dos sujeitos. Para Dewey (1973) educação é um processo de reorganização das experiências vividas para que se possa dirigir de forma mais madura as experiências futuras. Não há como separar a vida, as experiências e a aprendizagem, pois estas são concomitantes.

Assim a educação torna-se um fenômeno vinculado a vida e para acontecer de formas organizadas e sistemáticas deve haver um meio estruturado. E as escolas segundo Dewey seria esse meio, as quais deveriam assumir os princípios de uma comunidade democrática. A escola, portanto, seria a reprodutora de uma doutrina pedagógica específica produzida no contexto da formação da sociedade democrática.

Um aspecto muito importante levantado por Dewey (1973) é o da disposição dos sujeitos para novas ações, que se dá a partir de quando esses têm condições de avaliar e reorganizar suas experiências e isso somente poderia acontecer mediante um ambiente propício para tal possibilitando aos sujeitos o seu desenvolvimento. Analisando essa questão no contexto das experiências de crianças e adolescentes em abrigamento, nota-se a necessidade de ações específicas direcionadas para esse grupo que tem seus vínculos fragilizados e muitas vezes não viveu em ambientes propícios ao seu desenvolvimento físico, psicológico e social, pressupondo-se o contrário tendo em vista que foram retirados do seio familiar.

Por isso o conceito de educação como vida é muito pertinente à medida que o processo de educação não se resume na transferência de informações como sugere a educação "bancária" explicitada por Paulo Freire (2005), que se refere a uma concepção de educação caracterizada pela relação vertical entre o educando e o educador, em que o primeiro torna-se um depósito de informações das quais é alheio e participa passivamente do processo da educação.

Outra perspectiva significativa a respeito do processo educacional é a partilhada entre Parsons e Bourdieu (*apud* FREITAG, 1986), em que o sistema educacional tem duas funções estratégicas: reprodução cultural e reprodução da estrutura de classe. Esses autores partem de uma análise marxista entendendo a sociedade como uma sociedade

divida em classes entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que não detêm. Nessa perspectiva as escolas representam um aparelho ideológico do Estado e auxilia na reprodução da ideologia da classe dominante.

O resultado disso é que as escolas são manejadas de acordo com os interesses do sistema capitalista, nesse sentido a intenção não é fomentar uma educação problematizadora, discutida por Paulo Freire (2005). A qual é baseada numa relação horizontal entre o educando e o educador, e o processo de aprendizagem tornam-se dialético, no qual os sujeitos superam a condição de passivos diante do processo de aprendizagem.

Nessa sociedade capitalista tudo se torna uma mercadoria inclusive a educação. A emergência do neoliberalismo representou a afirmação de um Estado mínimo, que atua somente quando o mercado não consegue operar, e quando opera intervêm apenas como gestor de políticas neoliberais regulatórias. No âmbito da educação, a mesma passa a ser gerenciada e controlada e tem sua rotina alterada, a partir de quando o trabalho fica centrado nas atividades burocráticas e administrativas da escola.

Sendo assim os profissionais da educação ficam submetidos a um de trabalho despolitizado e subserviente ao sistema. Além disso, esses profissionais ficam expostos a regimes de trabalho desumanos, acarretando numa sensação de impotência e passividade diante da formação do projeto político que regerá a sua escola, outra coisa decorrente dessa situação é a desmotivação no trabalho e surgimento de problemas de saúde. E tudo isso interfere diretamente no funcionamento das escolas quanto ao seu trabalho realizado no atendimento das suas crianças e adolescentes.

### **3.1. A contribuição do serviço social na educação**

O serviço social trabalha diretamente com a garantia de direitos e acesso a serviços públicos pela população e o assistente social é um profissional que trabalha como mediador desse acesso. Os aportes legais da Constituição da República Federativa de 1988 no Art. 205, bem como o ECA nos seus Arts. 4º e 53 garantem o direito à educação, assim como o direito a permanência na escola.

Dada à complexidade da realidade social e percepção de que a escola não é um agente passivo nessa realidade, faz-se necessário, portanto, verificar por meio diversos, a função social das escolas e mais ainda, perceber os problemas sociais que perpassam e

interferem no processo educacional. Diante disso, coloca-se a importância da inclusão de um profissional do serviço social na equipe de ensino na área de educação, haja vista que esse contribuirá com seu saber para o enfrentamento dos problemas sociais diagnosticados nas escolas por meio de um plano de trabalho que integre as políticas e programas sociais a realidade social das escolas.

O assistente social trabalha numa perspectiva crítica que provoque o Estado quanto às responsabilidades das demandas da rede de ensino pública, o serviço social integrado nas escolas poderá ser um aliado para promoção de uma efetiva inclusão social, que se fundamenta a partir da garantia da universalidade e qualidade do ensino público. Por isso reafirma-se a importância desse estudo, para que ações conjuntas sejam efetivadas a fim de promover o atendimento social dessas crianças e adolescentes que comporão a sociedade futura.

Outras contribuições importantes do profissional da assistência social nas escolas contidas no parecer Jurídico 23/00 de outubro de 2000 do Conselho Federal de Serviço Social (CEFESS) são a: realização de encaminhamentos dos alunos e suas famílias aos serviços sociais e dessa forma viabilizar o acesso dessas crianças e adolescentes a escola; pesquisas sócio-econômicas da comunidade escolar; elaboração e execução de projetos e programas de orientação sócio-família; participação em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas de prevenção; articulação das instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais; realização de visitas sociais; elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde houver classes especiais; e outras atividades previstas código de ética do assistente social, a lei 8662/93. A formação de uma equipe multidisciplinar nas escolas possibilitará a realização de um trabalho melhor fundamentado e que abarque as diversas faces das demandas reais apresentadas.

## Capítulo 4

### Apresentação e análise dos resultados da pesquisa

O estudo foi realizado em duas Escolas Classes 312 e 708 localizadas na Asa Norte - DF próximas no abrigo Casa de Ismael a partir da qual foram buscadas as referidas escolas. Foram realizadas na EC da 708 Norte entrevistas com profissionais da supervisão e orientação pedagógica, da direção e com duas professoras. Na EC da 312 Norte foram feitas entrevistas com a coordenadora e orientadora pedagógica, com a diretora e uma professora. Cabe traçar um breve perfil das escolas e do abrigo.

O roteiro das entrevistas abordou os seguintes pontos que serão eixos de análise dos dados da pesquisa: a) o conhecimento das escolas a cerca da medida de abrigamento; b) relação entre as escolas e o abrigo; c) a existência de discriminação e estigma envolvendo as crianças e adolescentes; d) os desafios e demandas das escolas no acolhimento de crianças e adolescentes.

#### 4.1. As instituições envolvidas na pesquisa

##### Casa de Ismael

A CASEL é uma entidade cadastrada que presta serviços de assistência social sem fins lucrativos. A instituição presta os seguintes serviços: apoio socioeducativo em meio aberto, orientação e apoio sociofamiliar, educação infantil e profissionalização de adolescentes aprendizes e executa a medida de abrigamento, contida no Art. 101 do ECA, em parceria com Governo de DF. O abrigo funciona através do sistema de casarões em que a criança vive numa casa aos cuidados de uma mãe social. O serviço é oferecido a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. Conforme o convênio com GDF 50 crianças e adolescentes podem ser atendidos, mas há capacidade para acolher até 2 filhos de mães sociais.

A instituição realiza ações em três áreas de atuação: **Assistência Social, Educação e Saúde**. Na área da Educação – é promovido o desenvolvimento integral da criança e do adolescente nos aspectos cognitivo-social, perceptivo-motor e afetivo, assistindo crianças da Casel e do Sócio-Educativo em Meio Aberto, através da rede oficial de ensino, inclusive com transporte escolar.

Quanto aos recursos humanos, a instituição dispõe de 1 técnicas do serviço social que trabalha com medida de abrigo, 2 de serviços gerais limpeza, 1 zelador, 3 adolescentes aprendizes, 9 mães sociais, 4 cozinheiras e 1 diretor da infância e juventude – voluntário, dentre outros voluntário na área do esporte, lazer e cultura. O departamento de educação do abrigo é delegado ao da Educação Infantil. A instituição estabelece parcerias e convênios com várias entidades públicas e privadas para execução dos serviços e manutenção. Inclusive as escolas são consideradas redes e parceiras do abrigo, as escolas selecionadas atendem a décadas crianças e adolescente da CASEL.

### **Escola Classe 312 Norte**

É uma escola pública de ensino fundamental inaugurada em 1963 e atende até a 4º série no turno matutino e vespertino. Nesse ano a escola atende um pouco mais de 300 alunos em que a maioria das crianças mora nas cidades satélites, fato que segundo os profissionais influenciam profundamente no processo de aprendizagem dessas crianças. As quais para chegarem até a escola acordam muito cedo comprometendo o seu rendimento já que chegam sonolentas na sala de aula. Além disso, as crianças estão sujeitas a situações de vulnerabilidade social.

Mais de 9 % dos alunos tem necessidades educacionais especiais. A escola é considerada referência no que compete a inclusão social e dispõe para atender esse público uma sala de recursos que dentro dos seus limites oferece um atendimento básico as crianças. Até a data da pesquisa havia na escola 2 crianças que estão sob medida de proteção de abrigo acolhidas na CASEL . Atualmente a escola desenvolve um projeto relacionado a valores, no qual cada turma seleciona o valor que pretende refletir e aplicar durante o semestre. O objetivo é recuperar a importância dos valores nos relacionamentos, tais com a solidariedade

No ano de 2008 haviam três adolescentes matriculados, da mesma instituição, mas esses saíram da escola, pois foram inseridos no Projeto “Acelera.” Aliás, esse foi um dos desafios colocados por uma das participantes da pesquisa nessa escola, que é a defasagem idade-série, principalmente referente aos adolescentes em situação de abrigo. Foi colocado que cada vez mais a escola estava recebendo adolescentes em situação de abrigo (como consequência do aumento de abrigo de adolescentes), e que muitos deles estavam entre a 1º e 3º série e ainda haviam alguns

que não estavam alfabetizados. Segundo essa participante “essa tem sido a grande dificuldade para inserção dessas crianças nas escolas usuais.”

Foram entrevistadas 4 profissionais. A referência prevalecente do gênero no feminino se deve ao fato de que 100 % dos profissionais que trabalham na área pedagógica são do sexo/gênero feminino. Tem apenas um profissional do sexo/gênero masculino que trabalha na secretária. Das profissionais entrevistadas duas estavam na escola a menos de um ano as demais trabalham na EC 312 há mais de 5 anos.

### **Escola classe da 708 Norte**

Também é um escola de ensino fundamental que atende até a 4 ° série. Segundo informações dos profissionais a escola atende a crianças com necessidades especiais desde a década de 1990. A escola também dispõe de uma sala de recursos fracamente equipada. O que se verifica é que as escolas vão se modificando conforme as mudanças e exigências que sempre vem de cima para baixo, ou seja, numa organização hierarquicamente vertical.

O que muitas vezes inviabiliza um trabalho eficiente, eficaz e efetivo, pois os profissionais que estão na ponta e que trabalham nas escolas lidam com o cotidiano e seus reveses é que conseguem ter uma visão mais ampliada do trabalho com as crianças. Trata-se de realizar uma gestão compartilhada também entre os que pensam e executam os serviços no âmbito da educação. Atualmente a escola tem 11 crianças abrigadas na CASEL.

### **4.2. O conhecimento das escolas sobre medida de abrigamento**

O esclarecimento sobre medida de abrigamento pode sugerir em mudança na visão a respeito dessas crianças e adolescentes. E dessa forma pode provocar um desestigmatização e desmistificação. É recorrente vincular as crianças e adolescentes abrigados a “abandonados”, “carentes”, material e afetivamente e muitas vezes a “infratores”, o que pode estar relacionado a questão da desinstitucionalização e associação dessa a marginalidade (banditismo). O termo “abandonado” aparece em quase todas as falas dos participantes.

*“Abrigamento é uma medida necessária a criança abandonada pela família” (diretora B)<sup>1</sup>.*

Dessa forma o motivo do abrigamento fica restrito ao fator abandono pelas famílias limitando o viés de análise dessa questão, que está inserida dentro do contexto estrutural mais amplo e complexo. Outro fator muito associado às crianças e adolescentes é a carência (afetiva); aparece em quase todas as falas também.

*“[...] você acaba dando um pouquinho mais de atenção porque a gente sabe que são crianças com uma carência enorme e a gente às vezes fica consternada [...]” (coordenadora A).*

De fato elas podem ser carentes, mas não é prerrogativa delas. Toda criança necessita de atenção, carinho e amor independente de ser abrigada ou não. Muitas vezes essa associação pode contribuir para reafirmar o estigma de “coitadinhas”, que provoca pena e caridade. Mas essas crianças adolescentes precisam tanto quanto outras de atenção especial e muito mais de serem reconhecidas como sujeitos de direitos com autonomia e liberdade. As mesmas devem possuir meios de alcançar tais direitos, para tanto lhes deve ser oferecida possibilidade de participar ativamente da sua vida e na vida social.

*“Eu percebo que o adulto acha que sabe o que é melhor e partir daí ele vai fazer independente da vontade dessa criança. Eu concordo que eles precisam ser ouvidos.” (assistente social do abrigo).*

Crianças que vivem em instituições sociais vivenciam também o estigma de “infradoras.” Em alguns casos pela falta de conhecimento, outros por preconceito social. No discurso dos participantes não surgiu esse termo. Apesar do relato de episódio em que foi solicitada a presença do Corpo de Bombeiros para atender uma criança que tem diagnosticado problemas mentais e em outro episódio envolvendo dois adolescentes e a polícia que foi buscada pela escola para “controlar” esses adolescentes.

O entendimento do que é medida de abrigamento então, possibilita aos profissionais que trabalham diretamente com esse público saber com que público trabalha e com organizar suas ações a fim de atender as suas especificidades. A maioria dos profissionais das escolas relatou que esse entendimento é muito importante para

---

<sup>1</sup> A identificação das falas será feita por meio da função da entrevistada e uma letra como diferenciador, quando houver função repetida.

saberem como reagirem diante de determinadas situações. Dos 15 entrevistados metade não sabiam claramente, dizer o que é medida de abrigo como uma medida de proteção que consta no ECA. Incluindo 3 profissionais que trabalham no abrigo da coordenação da educação e as mães sociais que são parte importante na execução da medida. Quanto as escolas dos 9 profissionais entrevistados nas duas escolas, 6 não souberam responder ou responderam parcialmente o que é medida de abrigo e também não havia muita clareza quanto aos fatores que determinavam a inserção na medida protetiva em questão.

A quantificação desses dados afere parcialmente a hipótese levanta na pesquisa de que as não há uma compreensão das escolas do que trata a medida de abrigo e desconhecimento da realidade social daquelas crianças. E isso interfere no atendimento das crianças e adolescentes. Percebeu-se que o estudo do ECA ainda não é uma realidade concreta nas escolas. Apesar de relatarem a importância de conhecer o que é medida de abrigo e o ECA. O acesso às informações acontece mediante a necessidade como reporta a fala da participante:

*“Aqui nós sempre estamos lendo o ECA, quando necessário a gente dá uma olhada” (diretora B).*

O ECA é um instrumento para apropriação pelas crianças e adolescentes de seus direitos e deveres. E fica incumbida aos adultos educadores a inclusão desse legado no processo de ensino-aprendizagem. Mais do que a letra o ECA representa a emergência do caráter de direito ao atendimento de crianças e adolescentes que saem do anonimato social para ser foco de atenção das políticas sociais.

Além de tudo isso o entendimento sobre ECA e do que ele significou na evolução do atendimento a crianças e adolescentes, pode favorecer a unidade na comunicação e relação entre as escolas e instituições de abrigo, o que por sua vez facilitaria o trabalho em equipe entre as duas instituições.

### **4.3. Relação entre as escolas e a CASEL**

Um dos objetivos da pesquisa foi verificar como é a relação (comunicação) entre as escolas e o abrigo, pois isso poderia indicar uma possível integração entre os atores envolvidos e uma mobilização dos mesmos para trabalharem em equipe. No decorrer da pesquisa e a partir de relatos percebe-se que a troca de informações, de conhecimentos e

de experiências as escolas passam a intervir diante de conflitos nas escolas de forma mais flexível.

*“Eles já tinham dificuldades na família de freqüentar a escola... Tanto que com essa conversa, com trabalho em equipe que a gente fez com a escola eles acabaram... mas, é uma demonstração de quando é feito um trabalho em equipe essas crianças são entendidas e aceitas no meio e inseridas nele, porque no primeiro momento elas não são vista como um sujeito de direito não.”* (assistente social do abrigo)

É estabelecido contato entre as instituições sempre que uma julga que deve obter no cotidiano. Para, além disso, tem as reuniões da escola das quais as mães sociais participam. Segundo as participantes da pesquisa sempre há alguma necessidade de estabelecer esse contato com o abrigo.

*“Várias vezes, a gente sempre entra em contato... pra buscar ou criança que teve algum problema de comportamento e que tenha necessidade, qualquer problema que tenha seja de comportamento, seja de aprendizagem, seja passando mal, então tudo a gente entra em contato com eles.”* (supervisora pedagógica).

Conforme o argumento da coordenação pedagógica de uma das escolas a mesma sabe das responsabilidades que envolvem as crianças e adolescentes abrigadas e por isso essa preocupação em repassar imediatamente para o abrigo qualquer acontecido dentro de suas dependências.

*“[...] pra crianças abrigadas a gente sabe as responsabilidades... É imediato, a gente sabe que tem toda uma implicação, então a gente notifica imediatamente, chama aqui”* (coordenadora pedagógica B).

Por outro lado muitas solicitações poderiam ser evitadas visto que não são imprescindíveis. Como o exposto por uma mãe social que diz:

*“[...] porque se todo problema que tiver, ter ligar pra buscar o menino ele nunca vai acostumar na escola[...]*” (mãe social A)

A escola entende que é preciso cautela no trato com crianças e adolescentes institucionalizadas por questões burocráticas. Entretanto, essa cautela não deve sobrepor-se ao princípio da igualdade no tratamento Apesar dessa cautela ser importante não deve sobrepor de forma alguma a necessidade de oferecer a essas crianças tratamento equiparado aos da outras crianças.

#### 4.4. Discriminação e preconceito

Antes de qualquer coisa vale analisar as definições de discriminação e preconceito. O primeiro está vinculado à exclusão, é a idéia de distinção. É originado a partir do preconceito. Quanto ao preconceito é a formação de um juízo de valor preconcebido. A discriminação, portanto é uma ação gerada a partir de um preconceito e perpassa por diversos fatores relacionados a gênero, etnia, idade, classe social.

Serão relatados casos de discriminação por parte dos funcionários, professores e pais dos colegas das crianças e adolescentes em abrigo, entre as crianças traçando um paralelo entre os atores das escolas e os do abrigo.

A discriminação contra crianças e adolescentes em situação de abrigo de acordo com o exposto, estava vinculada ao comportamento da criança ou adolescente, tais como proferir xingamentos e agressividade, isso por parte dos pais dos alunos segundo falas das participantes. As manifestações de discriminação por parte das outras crianças estavam mais relacionadas ao fato de pertencerem a instituições de abrigo, segundo a fala de uma mãe social.

*“Eu não vou mentir pra você não, eu acho que tem muita discriminação entre eles. Porque às vezes os meninos falam: ah é da Casa de Ismael e ficam falando que são muito danados. E eles chegam em casa e falam: ah tia eles falaram que eu sou de abrigo e não tenho nada.”* (mãe social A)

Quando informada sobre isso a escola confirma a ocorrência.

*“Elas falam que realmente tem umas crianças que falam isso mesmo, mas elas falam que tentam conversar às vezes até com os pais, mas eles ficam falando que os meninos de abrigo que isso, mas eu acho que não é só menino de abrigo que pega as coisas não.”* (mãe social A)

Foi relatado um caso caracterizado por discriminação racial, no qual uma criança foi discriminada pela professora, quando a mesma pediu pra que não encostasse nela, pois ela estaria suja. A criança entendeu que era porque ela era negra. Ela levou essa queixa para o serviço social do abrigo, que levou o caso para a escola.

*“Teve um caso de uma criança da [...] que trouxe que a professora discriminou que pediu pra que ela não encostasse nela porque ela tava suja e a menina relacionou a cor porque ela é negra e a professora é branca e*

*parece que advinda da classe social alta, porque ela era moradora do Lago Sul, então ela me trouxe pra que a educação providenciasse algum trabalho até de denuncia no caso da escola.”(assistente social do abrigo)*

Segundo a entrevistada, a professora foi advertida pela escola. As escolas estudadas colocaram que diante de casos de discriminação e preciso conversar e esclarecer sobre a ocorrência de discriminação principalmente quando é criança.

*“[...] já ouvi elas reclamando, tanto que quando me contam que fizeram isso, eu chamo pra gente conversar. As duas juntas, as duas partes a gente tem que tentar resolver junto... elas têm que entender por que a criança tá naquela situação, eu acho que a partir do momento que a criança que discriminou entende o que tá ocorrendo ela acaba mudando o comportamento.”(orientadora pedagógica B)*

*“Teve um menino que tava brigando na escola ai a professora falou assim: ignora ele porque ele não tem pai nem mãe ele é de abrigo[...]”*

*(mãe social B)*

Esse foi um caso relatado por uma mãe social no qual uma professora provoca, mesmo que inconscientemente, a discriminação, e indiretamente pelo fato da criança ser de abrigo. Em que alguns inferem erradamente, ser lugar exclusivo de crianças e adolescente que não tem pai nem mãe. Esse discurso reafirma e dissemina o preconceito e a discriminação no ambiente escolar e por um ator de deveria ser meio de difusão do principio da equidade e o respeito à diversidade.

Outras atitudes perante tais situações de discriminação adotadas pelas escolas é a elaboração de projetos que envolvam a questão enfrentada. Discutir sobre isso nas reuniões como os pais também é uma ação que possibilita o esclarecimento sobre o abrigo. Todos os profissionais entrevistados das duas escolas e do abrigo disseram ou terem ouvido falar de casos, ou presenciaram, ou ainda, reconheceram a existência de discriminação mesmo não tendo conhecimento de casos.

A escola e a sociedade devem está atenta para o processo de educação das crianças, que não se resume ao ensino somente, visto que as escolas são um espaço onde culturas são difundidas além de ser um lugar no qual as crianças e adolescentes desejam

estar e permanecem por muito tempo (SARMENTO, 2002). O ambiente escolar deve contribuir para a formação de cidadãos, por mais clichê que seja essa expressão precisa ser uma realidade.

#### **4.5. Os desafios e demandas levantados pelos atores das escolas e do abrigo**

A questão central da presente pesquisa refere-se aos desafios e demandas das escolas na inclusão social de crianças e adolescentes. Saber como as escolas acolhem essas crianças e adolescentes no seu ambiente facilitando o processo de aprendizagem e desenvolvimento das mesmas. Amenizando as situações de rejeição, negligência, opressão vivida por essas crianças e adolescentes e as quais nenhuma criança deve ser submetida. E um dos objetivos dessa pesquisa é a construção conjunta de reflexões e ações mediante a realidade aí colocada.

Durante o processo da pesquisa foram despontando desafios e demandas diretas e indiretas no trabalho das escolas e do abrigo em que as primeiras condizem ao exposto pelos atores quando questionados e as segundas diz respeito às observadas no processo da pesquisa. Serão apresentadas também, segundo os atores, sugestões para superação de dificuldades e dos desafios encontrados. Segue o quadro com as expressões das entrevistadas da CASEL.

### Quadro 1- CASEL

	Desafios apontados	Como superar
Mãe social A	“Eu acho assim, a compreensão, mas é pouca coisa porque eu quase nem procuro as pessoas aqui sabe? Eu procuro resolver dentro de casa... O que eles mais precisam é de atenção.”	“Eu acho que precisa de mais união entre as escolas entre as pessoas daqui de dentro também, mais união entre todos. Eu acho que na escola devia procurar mais a direção, porque eu só sou mãe e faço o que é possível e impossível dentro de casa.”
Mãe social B	“As dificuldades que eu tenho aqui é que você não é só uma mãe social. Porque eu sei que a diferença aqui que eu sei distinguir é que aqui é meu trabalho e ao mesmo tempo moradia[...]”	“.. eu saio quando eu tô de folga. Eu ultimamente eu tô muito trancada, porque você não pode confiar em mais ninguém (choro)[...]”
Assistente social	“Nossa eu acho que lidar com criança e adolescente na nossa realidade é um desafio a cada dia, porque todo dia tem um dado novo, tem uma situação nova que a gente precisa se preparar e aprender pra trabalhar.”	“[...] levar palestras, encontros, escola conselho tutelar e sociedade, escola sociedade, vara da infância a gente precisa formar uma equipe.”
Coordenadora pedagógica	“Quando... eu tenho que ta acompanhando alguma denuncia que tem e ai eu tenho que realmente estudar o ECA. ... as escolas pedem o laudo pra mandar pra regional porque somente na estratégia de matricula[...]”	[...]”com o aumento do quadro de pessoal e... na estrutura mesmo eu acho que vai facilitar muito o nosso trabalho.”

A descrição dos discursos dos atores na sua essência demonstra com mais propriedade aquilo de que vivenciam no seu cotidiano dentro da sua realidade. E pode representar um modesto espaço para expressar preocupações, anseios e vontades para esses atores sociais, mas principalmente o alcance da visão dos atores sobre as questões aqui discutidas. Tais como as mães sociais que mesmo diante de tanta pressão no trabalho encontram disposição para se dedicar e amar aquelas crianças e então, uma delas acerta em dizer que a união talvez seja uma das chaves para um trabalho mais eficaz. E encontram quando estão fora do abrigo, (que também é a sua casa) um espaço para se descansar e se desligar.

Um dos desafios indiretos suscitados por quase metade das entrevistadas nas escolas é a rotatividade de mães sociais no abrigo. Há freqüentes trocas de mães sociais e isso provoca reações diversas nas crianças alterando o emocional, físico e o

rendimento na escola, pois criam vínculos com essas “mães” e elas saem da sua vida o que representa algumas vezes para essas crianças mais uma rejeição

*“Tem criança que deixa visível porque pra elas é muito difícil estabelecer vínculos e quando elas estabelecem vínculo saem, troca vem outra é complicado pra ela isso.”* (supervisora pedagógica)

*“Quando isso acontece se percebe às vezes de imediato aqui na escola, a criança muda de comportamento ela começa a brigar, começa a ficar agressiva, às vezes ela tava indo num processo tranquilo.”* (orientadora pedagógica B)

Uma das explicações para essa rotatividade é a não adaptação à dinâmica da instituição e do trabalho no qual elas se envolvem diretamente na história e dramas dessas crianças e adolescentes. Outro fato ao qual pode está atrelada é à questão salarial. E tudo isso pode ser entendido como um desafio para o serviço social atuante nas instituições de abrigo haja vista que existem diversos fatores estruturais e operacionais que interferem direta ou indiretamente no trabalho e o serviço social deve estar atento.

Diante disso um dos desafios colocados pela assistente social está em estudar e capacitar-se para trabalhar com crianças e adolescentes o que se apresenta como um desafio diário. A necessidade de capacitação ampliada é uma realidade considerável entre os atores. Principalmente para compreensão do contexto social, político, histórico e cultural da problemática discutida visto que isso tem implicância sobre a perspectiva de intervenção desses atores.

**Quadro 2 - Escola Classe 708 Norte**

	<b>Desafios apontados</b>	<b>Como superar</b>
Supervisora pedagógica	“[...]a escola sozinha é muito complicado de caminhar... então tem que ter a união a escola e a família tem que trabalhar junto.” “A outra parte, de uma forma geral, é a burocracia.”	“Com trabalho, com muito projeto, muita conversa, ouvir muito essas crianças, deixa eles falarem das angustias deles também.”
Orientadora pedagógica B	“há uma rotatividade de mãe social muito grande [...]” “a gente precisa que a criança esteja integrada dentro da escola, que ela esteja inclusa nas turmas e como são varias situações diferentes a gente tem muita dificuldade de ajudar essa criança [...]”	A gente tenta manter um bom relacionamento como o abrigo [...] pra que a gente fale a mesma linguagem [...] fazer como a gente tenha um relacionamento aberto
	“É o seu crescimento, é você	“É o trabalho, é o dia-a-dia a busca

Diretora B	procurar dentro de você formas de tornar a vida dessa pessoa melhor. De fazer com que ela seja feliz nesse mundo e que essa inclusão seja de fato uma forma de trazer tranqüilidade a essa criança[...]"	que você faz, é o trabalho que você desenvolve, é a vontade que você vê aquela criança vencer."
Professora B	"O maior problema é o lado psicológico, emocional dessa criança"	"Eu acho que a ajuda psicologia ajudaria bastante."
Coordenadora pedagógica B	"[...]aquí nós temos profissionais bem preparados, que eu tiro o chapéu... Mas eu não tenho essa estrutura toda não pra lida como essa diversidade. "A escola tem uma propaganda de diversidade que ela não dá conta."	"Eu acho que a gente tá colocando exatamente isso: é o projeto diversidade, que é trabalhar na escola em termos bastante plurais. Você enxergar que de repente é possível a gente viver junto e que vai ter briga mesmo, que viver a diversidade não é o céu, mas é saber administrar as coisas quando não estão muito boas."

Percebe-se que os profissionais buscam diante da fragilidade da estrutura da instituição, um apoio nas redes sociais e parcerias para existirem e continuarem a trabalhar. Essa rede inclui as famílias e as comunidades locais para atuarem juntas; partilharem os problemas, mas também os frutos dessa parceria. Com certeza é muito mais eficaz e produtivo essa união citada nas falas de uma mãe social (quadro 1) e da supervisora (quadro 2).

A comunicação eficiente poderia render às partes envolvidas economia de tempo, de esforços, de recursos, porém isso ainda não existe ao ponto de começar a se discutir como resolver problemas que afetam o trabalho de ambas as partes, como a questão colocada pela coordenadora (B), pela supervisora e pela orientadora (A e B) sobre a rotatividade das mães sociais e o resultado disso no desenvolvimento das crianças.

O trabalho conjunto pode também auxiliar na desconstrução de construções sociais negativas a respeito das crianças e adolescentes em tela. E esse processo de desconstrução é prerrogativa para que se comece a pensar em trabalhar "diversidade". Discutir a diversidade nas escolas é um desafio que talvez tenha ganhado importância a partir do surgimento da escola inclusiva. Com a qual educandos com necessidades especiais são inseridos no sistema regular de ensino, no entanto na realidade isso ainda está em processo como se verifica com a fala de uma professora B:

*“Eu acredito nela, acho que tem que começar; agora os recursos, a realidade nossa da inclusão ainda tem que ser muito trabalhada porque tem se adequar mais ainda, principalmente o número de alunos na sala de aula [...]”*

Mas, a forma como se entende o conceito de “inclusão” determina a expectativa de intervenção dos profissionais, por isso verificam-se pontos de vista diferenciados dentro de uma mesma escola:

*“A escola lida bem. A escola ta aberta pra receber essas crianças, porque a inclusão vem em vários sentidos de uma forma geral [...]”* (supervisora)

*“Muito mal, ela lida, mas muito mal [...] primeiro, a forma como ela é construída, você imagina uma criança que viveu numa comunidade “a”, “b” ou “c” em que as casas são distribuídas todas irregularmente nessas comunidades “a”, “b”, “c” entra nosso aqui que parece um pavilhão, um presídio.”* (Coordenadora B)

No que se refere à inclusão social no processo educativo a mesma está atrelada a o processo educativo que:

[...] deve caminhar estrategicamente vinculado aos princípios da equidade, ou seja, da construção de uma sociedade que respeite a diversidade e que saiba conviver com as diferenças, sejam elas de religião, opção sexual, gênero, entre outras diferenças e opções. (SPOZATI, 2000:31)

A inclusão deve ser mais do que “estar dentro” e no caso das crianças e adolescentes, em situação de abrigo, os mesmos já estão inseridos na escola. A questão é como estão sendo acolhidos diante as suas especificidades? As escolas têm buscado recursos conforme as necessidades dessas crianças e adolescentes ou ainda está fincada na base dos métodos de ensino da escola tradicional? Algumas vezes as próprias crianças apontam caminhos possíveis para superar os seus limites no processo de aprendizagem.

*“[...] uma criança que apresentava dificuldade porque o que ele gostava de fazer era recortagem.”* (Assistente social)

Há uma necessidade urgente de as escolas se tornarem flexíveis às capacidades e especificidades do seu público alvo e de cada educando; e preocupar-se com um processo de ensino condizente com a realidade desse público. As escolas estudadas

estão localizadas no Plano Piloto, porém mais da metade das crianças atendidas moram nas Regiões Administrativas – RAs antigas cidades satélites e entorno de Brasília de onde a realidade social se difere em muito da do Plano Piloto. No entanto, abarcar todos esses aspectos plenamente somente é possível mediante esforço conjunto do Estado, da comunidade escolar e da sociedade em geral que deve estar preocupada com o destino da educação.

### Quadro 3 – Escola Classe 312 Norte

	Desafios apontados	Como superar
Coordenadora pedagógica A	“[...] muitas vezes é a aceitação delas mesmas, elas tem uma dificuldade de se interar num meio, de interagir num meio onde elas estão; a resistência é muito grande. “[...] seguir normas e regras pra eles é uma dificuldade muito grande [...]”	“Um olhar maior do governo, eu acho que a secretaria de educação podia olhar um pouquinho mais pra essas dificuldades que as escolas atravessam... poderia abrir um caminho de atendimento mais rápido pra essas crianças.”
Professora A	“Uma criança de abrigo não pode ser vista como um “ET” ela é uma aluna ou aluno como as outras crianças que tem direito a educação cada um tem que se respeitar [...] a nossa função como educador é preparar a criança independente da situação que ela viva”	eu acho que o que a gente puder fazer pra que facilite o caminho do outro sem percorrer o caminho para o outro eu acho que vai sempre bem vindo. Somos diferentes? Somos, mas temos que nos respeitar dentro das nossas diferenças.
Orientadora pedagógica A	“A dificuldade maior é o não contato como a família pra eu saber o histórico dessa criança[...].”	“Eu fico imaginando uma mãe social que estão como 10 crianças sobre sua responsabilidade, que não foram preparadas [...] as mães sociais deveriam ter um acompanhamento porque às vezes elas choram bastante porque elas não acham que não estão cumprindo o seu papel [...]”
Diretora A	“Com as crianças o desafio é resgatar; eles chegam com a auto-estima lá em baixo, com uma história de vida horrível[...] fazer ele acreditar nele. Não adianta fazer ele aprender que 2+2 são 4[...] Então o desafio é esse: o professor perceber que tem outro trabalho anterior a esse do emocional, pedagógico, de toque[...].”	“Eu acho que deve ter um trabalho mais efetivo na própria instituição com essas mães sociais. Eu acho que elas deveriam ser melhor orientadas; elas precisam ser melhor acolhidas[...].” “Eu acho que os nossos pais aqui também precisam ter esse entendimento, a gente coloca muito em reunião...que nós temos essas crianças e que elas tem exatamente o mesmo direito que os filhos deles[...].”

O conhecimento sobre a realidade social dessas crianças e adolescentes é fundamental para que se possa realizar um trabalho de acompanhamento no qual essas crianças e adolescentes se sintam acolhidas na escola de forma a poder colaborar com o

desenvolvimento desses. Nesse contexto cabe sublinhar que a escola é o segundo lugar em que as crianças e os adolescentes permanecem por mais tempo.

E de fato torna-se um desafio para os profissionais da educação trabalhar com os bloqueios emocionais vividos por muitas dessas crianças e adolescentes, pois isso interferir diretamente no processo de aprendizagem. Fazer essas crianças e adolescentes romperem com a baixa-estima é um desafio com certeza, pois muitas foram sim rejeitadas pelos pais ou mães e outros, inclusive por adotantes. Isso provoca reações diversas nessas crianças demanda necessário e não um tratamento diferenciado

Esse é um desafio enfrentado tanto pelas escolas quanto pelo abrigo, porque esse trabalho de acompanhamento psicossocial demanda muito das redes, que são escassas tanto no âmbito do abrigo quanto nas escolas. No entanto, essas crianças recebem o atendimento devido às parcerias particulares mobilizadas no abrigo, tendo em vista que na rede pública o atendimento é moroso além da burocracia enfrentada para o acesso. Os serviços os mais acessados na rede pública são os de saúde.

*“Temos algumas parcerias, parcerias particulares; agora pela rede pública mesmo só de saúde. De exames sim, agora de emergência demora o atendimento.”* (coordenadora da educação no abrigo)

Percebe-se a ausência da parceria entre os abrigos as redes públicas da área social como os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, do Centro de Referência Especial de Assistência Social- CREAS do Governo do Distrito federal- GDF. Apesar do vínculo do abrigo com o GDF somente agora essa parceria está se consolidando. Cabe lembrar que é dever do Estado com seus entes executar a medida de proteção de abrigo podendo instituições filantrópicas executar, mas sob fiscalização e acompanhamento do governo.

Quando as redes não funcionam retarda o progresso no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes que precisam de atendimento especializado e isso gera nos profissionais um sentimento de frustração e impotência que acaba por comprometer o seu trabalho. Diante disso observa-se que a educação não está limitada ao ensino ou a educação escolar, pois o processo de aprendizagem transcende a sala de aula e cada vez mais é exigida a esses profissionais, capacidade de analisar a realidade de forma crítica e competências adversas tal como expõe a diretora (A).

*“[...] Então o desafio é esse: o professor perceber que tem outro trabalho anterior a esse do emocional, pedagógico, de toque [...]”*

Uma demanda a se colocar é investimento nos recursos humanos da educação, especialmente aqueles profissionais que trabalham diretamente com as crianças e adolescentes. E junto a eles absorvem as suas histórias de vidas e muitas vezes tomam para si a responsabilidade de mudança que está para além dos limites estruturais que vivenciam as escolas e a educação no país.

*“[...] o seu crescimento, é você procurar dentro de você formas de tornar a vida dessa pessoa melhor.” (diretora B)*

É o que fala uma diretora quanto questionada sobre os desafios encontrados no seu trabalho tendo em vista a inclusão social. Além desses atores é necessário atentar-se para as mães sociais, cuidadoras das crianças nos abrigos, pois as mesmas se encontram em situação equiparada a citada acima. Porém com mais intensidade e por isso é preciso acompanhamento psicológico e social a essas mães sociais no sentido de promover a vida dessas mulheres que parece parar quando iniciam esse trabalho que exige tanto disposição física quanto psicológica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo revelou que ainda não é muito clara para os atores a procedência do conceito da medida protetiva de abrigo. O que interfere na construção social a respeito de crianças e adolescentes em situação de abrigo. O estudo do ECA ainda não faz parte da rotina do planejamento escolar. Apesar dos profissionais acharem importante o acesso a informações referentes ao ECA esse acesso é conforme as necessidades do cotidiano escolar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento para aplicação dos direitos da criança e do adolescente que são sujeitos de direitos e precisam participar desse processo de execução e construção dos seus direitos. A escola seria um meio de difusão desse estatuto entre as crianças e os adolescentes e mais ainda propagadora do conceito de cidadania aos cidadãos (SPOZATI, 2000).

É importante entender que esse instrumento foi um marco na evolução do atendimento a crianças e adolescentes por isso vale compreender em que contexto surge o ECA e o que isso significa na prática na vida das crianças e adolescentes. Saber do que se trata a medida de abrigo contribui para a desconstrução do mito da “criança abandonada” e revela a problemática social que envolve essa questão.

Nesse sentido a aproximação das escolas com o abrigo pode cooperar muito para o envolvimento daquelas com a realidade das crianças e adolescentes em situação de abrigo. E inclusive para transferências de informações sobre o ECA. Foi observado que a relação entre as escolas e o abrigo é mediada por casos isolados em que a escola contata o abrigo a fim de o mesmo pegar uma criança que se envolveu em brigas, não quer entrar em sala de aula e outros. Ou ainda o abrigo procura a escola para relatar casos mais complexos de crianças matriculadas. Percebeu-se que a dinâmica das instituições colabora para que não seja estabelecida uma parceria consolidada e qualificada entre as instituições.

Outro eixo analisado na pesquisa foi incidência de discriminação contra as crianças e adolescentes abrigados. E segundo um contra ponto entre os atores do abrigo e das escolas entende-se que a discriminação é uma realidade na vida dessas crianças e adolescentes no espaço escolar, sendo reconhecida pelos profissionais ali atuantes. A

reação das escolas diante dos casos passa pelo diálogo com as crianças que discriminaram ou até mesmo dos pais dessas crianças que apresentam um estranhamento diante das crianças e adolescentes abrigados.

Esse pode ser considerado um dos desafios levantados pelos profissionais das escolas e abrigo. E num contra ponto as escolas escalaram como um desafio no seu trabalho a questão da rotatividade das mães sociais do abrigo, pois isso provoca mudanças no comportamento e rendimento escolar. A necessidade de capacitação dos profissionais que trabalham nessa área para trabalharem com crianças e adolescentes e a importância de organizarem ações conjuntas entre o abrigo e as escolas.

No geral os profissionais reconhecem a importância desse trabalho em equipe e verificaram resultados positivos a partir de uma mobilização. É fundamental que as duas instituições discutam sobre a realidade dessas crianças e adolescentes em situação de abrigamento, haja vista que o número de crianças abrigadas tem aumentado e na mesma proporção as matrículas nas escolas. E é direito dessas ter acesso e forma de permanência igual a todas as crianças e adolescentes bem com reza a LDB/96.

O presente trabalho foi desenvolvido à luz do referencial teórico que debateu a questão da pobreza e a pauperização das famílias e a implicação disso na vida das crianças e adolescentes. E também sobre a educação como um fator de desenvolvimento e inclusão social. Lembrando uma educação que está para além do ensino escolar e que traciona a questão da inclusão social como um meio de impulsionar o respeito a diversidade e as diferenças tendo como princípio a equidade. É interessante observar que a discussão no ambiente escolar sobre inclusão social ainda está restrito a inclusão de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais. Ainda não há uma reflexão mais ampla sobre esse conceito, que envolva uma os fatores sociais, econômicos e culturais da sociedade. As escolas ainda se estruturam para incluírem-se na perspectiva da “escola inclusiva”.

Verificou-se que não houve dificuldades na inserção das crianças e adolescentes abrigados nas escolas públicas estudadas. Entretanto, o desafio é no processo de acolhimento de crianças e adolescentes que não seguem um padrão no comportamento e isso cabe para crianças não abrigadas. O desafio é a escola trabalhar conforme a demanda específica de cada educando e não submetê-lo de forma inflexível a um método de ensino que não lhe cabe. Um ponto que fica no final do trabalho é a de como

a sociedade e as escolas fazem parte da sociedade, enxergam essas crianças e adolescentes e sobre que lentes e que viés de análise entendem essa questão. E intenta-se com tal discussão o rompimento do imaginário social negativo a respeito das crianças e adolescentes em situação de abrigo

Diante do exposto entende-se que é importante estabelecer momentos de reflexão sobre um conceito ampliado de inclusão social relacionado a questões, que envolvem um complexo de fatores que perpassam pela cultura, economia, cultura, gênero, etnia e outros. A promoção de uma relação mais qualificada entre as instituições, numa troca de visões possibilitará uma extensão da intervenção no âmbito escolar que ultrapassa os limites da sala de aula.

E para mediar essas relações tanto entre as instituições como entre toda a comunidade escolar, considera-se importante a presença dos profissionais do serviço social nos espaços escolares e educacionais. E também para contribuição na reflexão a cerca da inclusão social no seu sentido *lato* e da participação das escolas e da educação em geral na promoção da inclusão social. Discutir a fiação existente entre política social, política de educação e serviço social é um desafio intelectual a ser desenvolvido como continuação do cerne desse trabalho. Entendendo que os desafios estruturais da problemática discutida nesse trabalho perpassam por essa rede e ainda originam outras questões que podem ainda ser muito exploradas.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas** / Miriam Abramovay et alii. Brasília UNESCO, BID, 2002. 192 p.

BARROS, Ricardo Paes de, Henriques, Ricardo and Mendonça, Rosane **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Fev 2000, vol.15, no.42, p.123-142. ISSN 0102-6909.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Senado Federal. Subsecretaria de edições técnicas, Brasília, 2004: Rideel, 2005.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. CNTI, Brasília, 2007.

BRASIL. Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Que estabelecem diretrizes e bases da educação no Brasil – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, disponível em: <http://www.unifesp.br/reitoria/reforma/ldb.pdf> . Acesso em 19 de novembro de 2008.

BRASIL. Parecer Jurídico do CFESS 23/00. Assunto: **a implantação do Serviço Social nas escolas da rede pública de ensino fundamental e ensino médio**. São Paulo, 22 de outubro de 2000.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. São Paulo: Melhoramentos, 8º edição, 1973.

DIONE, Jean e LAVILLE, Christian e. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., Belo Horizonte

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 46 ° edição, 2005.

GOMES, Mônica Araújo e PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. *Ciênc. saúde coletiva*, Abr 2005, vol.10, n.2, p.357-363. ISSN 1413-8123.

GUIMARAES-IOSIF, Ranilce, **Educação, Pobreza e Desigualdade no Brasil**. Brasília: LiberLivro, 2009.

LAVINAS, Lena. **Pobreza e Exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática**. In *Revista Econômica*, volume 4, junho, 2002.

PEREIRA, Camila Potyara Pereira. **A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro**. In: *Ser Social*, Brasília, n. 18, jan/jun. p. 229-252, 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBEIRO, Marlene. **Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n° 94, pag. 155-178, jan./abr. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 13 de junho de 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Infância exclusão social e educação como utopia realizável**. Educação & Sociedade, ano XXIII, n° 78, Abril,2002.

SILVA, Enid Rocha A. (2004). O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. Em: Silva, E.R.A. (Org.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil** (pp. 41-70).

SPOZATI, Aldaíza. **Exclusão e fracasso escolar**. In: Pontos de vista. O que pensam outros especialistas? Em aberto Brasília, v. 17, n° 71, pag. 21-32, janeiro, 2000.

VALLADARES, Licia. **Representações da pobreza no Brasil urbano da vadiagem à exclusão social**. In: Revista do CCHLA/UFRN, Natal v. 10, n° 1 / 2, jan/dez 1996.

## **ANEXO I**

### **Roteiro de entrevista**

3. O que você sabe a respeito da medida de abrigamento?
4. Você já participou de cursos a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA?
5. Você acha importante o acesso a informações sobre a medida de abrigamento e sua implicação disso na vida das crianças e adolescentes?
6. Conhece alguma criança ou adolescente matriculada na escola e que está em medida abrigamento?
7. Como você caracterizaria o seu relacionamento com elas e o delas com as outras crianças e funcionários da escola?
8. Em algum momento a escola estabeleceu contato com a instituição de abrigamento?
9. Em que circunstância isso aconteceu?
10. Quais os desafios levantados no o trabalho com crianças e adolescentes em abrigamento?
11. O que poderia ser realizado para superar essas dificuldades?

## ANEXO II

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: *Demandas e desafios para inserção nas escolas públicas do DF de crianças e adolescentes em situação de abrigo*. A pesquisa está sob responsabilidade da dra. e profa. Silvia Yannoulas, orientadora da pesquisadora executora, a graduanda Geucilene Vieira Lopes da Silva, que apresentará a referida pesquisa como trabalho de conclusão de curso pelo Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

O objetivo da pesquisa, que é verificar os desafios das escolas no que diz respeito ao processo de inserção nas escolas públicas do DF de crianças e adolescentes em situação de abrigo. Pretende-se ao final da pesquisa contribuir para a construção de ações que favoreçam o enfrentamento dos desafios das escolas e abrigo envolvidos, quanto ao processo de inserção nas escolas públicas do DF de crianças e adolescentes em abrigo. A pesquisa não oferece riscos ou danos morais e ou materiais para os participantes, estando a pesquisadora disposta a esclarecimentos durante todo o processo da pesquisa. Fica assegurada a confidencialidade, os dados dos participantes da entrevistas (que serão gravadas e degavados) e também da observação pouco-estruturada, que estará sob responsabilidade da pesquisadora executora.

Tendo conhecimento do que trata a pesquisa acima descrita, concordo em participar voluntariamente ciente de haver possibilidade de desistência a qualquer momento da pesquisa sem prejuízos e constrangimentos. Declaro ainda, ter conhecimento de que a entrevista será gravada e de que minhas informações pessoais estarão sob sigilo, bem como as informações obtidas por meio do processo de observação pouco-estruturada.

---

#### Assinatura do Entrevistado

Pesquisadora: Geucilene Vieira Lopes da Silva  
Instituição procedente da pesquisadora: Universidade de Brasília

---

#### Assinatura da pesquisadora

Brasília, de de 2009

Ofício nº 224

Brasília, 10 de novembro de 2008

Solicitamos a Vossa Senhoria autorização para que a aluna **Geucilene Vieira Lopes da Silva**, do Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social - Universidade de Brasília, realize pesquisa referente à elaboração de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a responsabilidade da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvia Cristina Yannoulas.

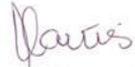
Atenciosamente,



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvia Cristina Yannoulas  
SER/UnB

A  
Casa de Ismael Lar da Criança

Autorizo a aluna  
Geucilene V. Lopes da  
Silva a realizar  
pesquisa junto ao  
Departamento de  
Educação da Casa  
de Ismael

  
BRB, 19/11/2008

APÊNDICE II



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL  
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA  
DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E CRUZEIRO  
NÚCLEO DE MONITORAMENTO PEDAGÓGICA



**AUTORIZAÇÃO**

AUTORIZAMOS Genelene Lúcia Hoopes do Silva

ENDEREÇO: SA. 18 Q. 01 casa 68 Lda. Ocidental

TELEFONE: 3605 4126 RG: 2 382 465 SSP/DF

PROCEDENTE DA FACULDADE: Universidade de Brasília

PARA REALIZAR:

( ) VISITA (x) PESQUISA ( ) ENTREVISTA ( ) QUESTIONÁRIOS

QUE SERÁ REALIZADO NA INSTITUIÇÃO DE

ENSINO: excoo classe 312 norte COM OBJETIVO DE: realizar pes

quisa referente ao desajus dos excoo no processo de inclu

NO PERÍODO DE 1 02 / 2009 A 1 06 / 2009. social de ensino em instituições de ministrabili gonal

**TERMO DE COMPROMISSO**

Eu, Genelene Lúcia Hoopes do Silva comprometo-me a não fotografar, filmar ou oferecer alimentos aos alunos sem a devida autorização do responsável pela Instituição.

Ciente: Genelene Lúcia Hoopes do Silva

Brasília, 17 de novembro de 2008.

**GDF - SEE**  
**GRE / PLANO PILOTO**  
**CRUZEIRO**  
33653 - X  
Carimbo/Assinatura  
DRE/PPC - NMP

Cristina Almeida Magela Costa  
DRE Prt. - Escola Classe 312 Norte  
Cristina Almeida Magela Costa  
Diretora - Matr. 30.926-5  
Registro MEC 9600369-DF  
DODF nº 04 de 07/01/2008

INSTITUIÇÃO DE ENSINO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL  
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA  
DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E CRUZEIRO  
NÚCLEO DE MONITORAMENTO PEDAGÓGICA



**AUTORIZAÇÃO**

AUTORIZAMOS Genilene Ziviro Lopes da Silva

ENDEREÇO: SS. 18 - G. 01 - casa 68 - quad. Viciosa

TELEFONE: 3605 4126 RG: 2.382 465 SSP/DF

PROCEDENTE DA FACULDADE: Universidade de Brasília

PARA REALIZAR:

( ) VISITA (x) PESQUISA ( ) ENTREVISTA ( ) QUESTIONÁRIOS  
QUE SERÁ REALIZADO NA INSTITUIÇÃO DE

ENSINO: Escola Classe 708 Norte COM OBJETIVO DE: realizar pesquisa

referente ao uso das escolas no processo de inclusão social  
NO PERÍODO DE 1 02 / 2009 A 1 06 / 2009 de verificar em  
situação de  
subutilização

**TERMO DE COMPROMISSO**

Eu, Genilene Ziviro Lopes da Silva comprometo-me a não fotografar, filmar ou oferecer alimentos aos alunos sem a devida autorização do responsável pela Instituição.

Ciente: Genilene Z. L.

Brasília, 17 de novembro de 2008.

**GDF - SEE**  
**GRE / PLANO PILOTO**  
**CRUZEIRO 33653 - x**  
Carimbo/Assinatura  
DRE/PPC - NMP

Profª Zélia Maria da Silva  
Supervisor Pedagógico da Escola  
Classe 708 Norte  
Matrícula: 45.199-1  
DODF N° 25 de 07/02/08

INSTITUIÇÃO DE ENSINO



Universidade de Brasília  
Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas – CEP/IH

ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Título do Projeto: Os desafios das escolas públicas no ensino fundamental da inserção de crianças e adolescentes em situação de abrigo

Pesquisador Responsável: Geucilene Vieira Lopes da Silva  
Orientadora: Silvia Yannoulas

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos, resolveu **APROVAR** o projeto intitulado “Os desafios das escolas públicas no ensino fundamental da inserção de crianças e adolescentes em situação de abrigo”, analisado na Reunião Ordinária de 27 de março de 2009.

O pesquisador responsável fica notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório semestral e relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (item VII.13 da Resolução 196/96).

Brasília, 27 de março de 2009.

Prof. Dra. Debora Diniz  
Coordenadora do CEP/IH